

A. I. Nº - 232875.0728/05-1
AUTUADO - REGINA DE OLIVERIA SILVA
AUTUANTE - ANTÔNIO LUIS DOS SANTOS PALMA
ORIGEM - INFAZ BONOCÔ
INTERNET - 08/05/2006

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0149-05/06

EMENTA: ICMS. 1. SIMBAHIA. EMPRESA DE PEQUENO PORTE. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. O autuado comprovou que o débito em questão foi objeto de parcelamento requerido em data anterior à autuação. Infração elidida. 2. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. Nas aquisições interestaduais de mercadorias enquadradas pela legislação deste Estado no regime de substituição tributária, não havendo convênio ou protocolo, entre as Unidades da Federação envolvidas na operação, o pagamento do ICMS devido pelo adquirente, relativo às suas próprias operações e às subseqüentes com as referidas mercadorias, será efetuado por antecipação. Exigência subsistente. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 15/12/05, exige ICMS no valor de R\$13.534,55, acrescido da multa de 50%, em decorrência das seguintes irregularidades:

- 1 - “Deixou de recolher o ICMS no(s) prazo(s) regulamentar(es), na condição de Empresa de Pequeno Porte enquadrada no Regime Simplificado de Apuração do ICMS (SIMBAHIA)”- R\$2.590,02;
- 2 – “Deixou de efetuar o recolhimento do ICMS por antecipação ou substituição tributária, na condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou ambulante, referente às aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado” – R\$10.944,53.

O autuado apresenta impugnação, às fls. 22/23, alegando que o autuante não observou que existe um parcelamento referente ao imposto exigido na infração 1, solicitado em janeiro/04, onde já foram pagas 22 parcelas de um total de 29.

Quanto à segunda infração, também alega que foi feito um parcelamento do débito em 16/12/05, a exceção dos meses de setembro e outubro/05, cujo pagamento já foi efetuado em 13/01/06, conforme documentos às fls. 25.

O autuante, em informação fiscal, à fl. 31, diz que a data do Termo de Início de Fiscalização (29/11/05) é anterior ao parcelamento requerido em 16/12/05, bem como aos pagamentos realizados em 13/01/06. Ao final, pede a manutenção da autuação.

VOTO

No que diz respeito à primeira infração, relativa à falta de recolhimento do ICMS, na condição de Empresa de Pequeno Porte enquadrada no Regime Simplificado de Apuração do ICMS

(SIMBAHIA), o autuado comprovou nos autos que o imposto exigido foi objeto de parcelamento antes do início da ação fiscal. Infração elidida.

Quanto à segunda infração, relativa à falta de recolhimento do ICMS por antecipação, na condição de empresa de pequeno porte, referente às aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado, o autuado também alegou que teria feito parcelamentos, no entanto, neste caso, os mesmos foram realizados em data posterior ao início da ação fiscal (16/12/05 e 13/01/06), razão porque não descaracterizam a autuação.

Do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração, em virtude da exclusão do valor exigido na primeira infração, devendo ser homologado pelo órgão competente os valores já recolhidos.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **232875.0728/05-1**, lavrado contra **REGINA DE OLIVEIRA SILVA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$10.944,53**, acrescido da multa de 50%, prevista no art. 42, I, “b, item 1”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologado pelo órgão competente os valores já recolhidos.

Sala das Sessões do CONSEF, 03 de maio de 2006.

MÔNICA MARIA ROTERS - PRESIDENTE

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - RELATOR

CLÁUDIO MEIRELLES MATTOS - JULGADOR